

**RELATÓRIO SOBRE GESTÃO DE RISCOS,
APURAÇÃO DO RWA, PR E RAZÃO DE
ALAVANCAGEM – 3.678, 3.748
BANCO ABN AMRO S.A.**

Setembro de 2018

1 INTRODUÇÃO

As instituições financeiras estão expostas a riscos inerentes ao desenvolvimento de seus negócios e operações. A gestão e o controle de tais riscos constituem aspectos centrais da administração do Banco ABN AMRO S.A. ('AAB Brasil'), e são componente-chave dentro dos objetivos gerais do AAB Brasil de criar e proteger valor para seus acionistas e demais partes relacionadas (*stakeholders*).

O presente relatório tem por objetivo atender ao determinado na Circular nº 3.678 emanada pelo Banco Central do Brasil quanto a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR).

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco ABN AMRO S.A. que se encontram disponibilizadas no *site* institucional.

2 ESTRUTURA

O AAB Brasil conta com uma Estrutura de Gestão e Controle de Riscos de Mercado, Crédito, Operacional e de Liquidez compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e com a dimensão de sua exposição aos riscos de mercado, crédito, operacional e de liquidez, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional ('CMN') No. 4.557 de 23 de fevereiro de 2017.

A atividade de gerenciamento e controle de riscos do AAB Brasil é executada por uma unidade especificamente designada para essa função e conta com um robusto conjunto de políticas, estratégias, procedimentos, sistemas, testes de avaliação e simulações relacionados abaixo. Tais documentos e ações são estabelecidos de forma a: (i) salvaguardar e controlar o perfil de risco do AAB Brasil; (ii) suportar uma gestão de risco efetiva e eficiente por toda a organização; e (iii) orientar os processos e sistemas de gestão de risco.

A Unidade gerenciadora de riscos mencionada acima é segregada das unidades de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna, de que trata a Resolução CMN nº 2.554 de 24 de setembro de 1998, e alterações posteriores, sendo que cabe a essa última a verificação do cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos.

As políticas acerca da Gestão de Riscos são revisadas e aprovadas pelo Departamento de Risco e pela Diretoria Executiva do AAB Brasil, respectivamente, com periodicidade mínima anual e encontram-se disponíveis na sua *intranet* através do *SharePoint*, em português, para acesso de todos os empregados.

3 RISCO DE MERCADO

Risco de Mercado, nos termos da Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

3.1 OBJETIVOS

As principais responsabilidades da Estrutura de Risco de Mercado são:

- Adequadamente identificar, medir, monitorar, controlar e reportar a exposição aos riscos de mercado, seja oriunda da carteira de negociação, das posições não destinadas à negociação, ou ainda inerentes a novas atividades e produtos, de forma a proteger cada instituição do Grupo ABN AMRO sediada no Brasil (incluindo o, mas não se limitando ao, AAB Brasil) e do conglomerado financeiro como um todo, bem como pela identificação e acompanhamento do risco de mercado de empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro, de exposições a risco não desejadas;
- Estabelecer políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado claramente documentadas, que estabeleçam limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado nos níveis aprovados pelo Banco;
- Avaliar, eleger, implementar e periodicamente revisar sistemas para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado para as posições do Banco, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado, e gerar relatórios tempestivos e abrangentes para a área de negócios, Diretoria da Instituição e demais *stakeholders*.

3.2 POLÍTICAS & PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS

Dentre as políticas que norteiam as atividades da Área de Risco de Mercado destacam-se como *mais importantes*:

3.2.1 VaR & Backtesting – O Valor em Risco (VaR) é uma metodologia para medir o risco de mercado de uma carteira de instrumentos financeiros. O VaR é definido como ‘o prejuízo máximo esperado para um determinado horizonte de tempo dado um certo nível de confiança’. Dentro do ABN AMRO, o VaR é calculado através da abordagem de simulação histórica. Um nível de confiança de 99% e um horizonte de 1 dia são usados juntamente com 301 dias de histórico de negociação. Adicionalmente à simulação histórica também se calcula para o portfólio local o VaR pelo modelo paramétrico de modo a melhor se ajustar a realidade mais volátil do mercado brasileiro.

A Validação do VaR tem o papel de fornecer ao departamento de Gestão de Risco e à Diretoria compreensão quanto a adequação, as propriedades e as limitações de seu modelo de gestão de risco; avaliar a precisão e adequação do modelo de VaR em geral; analisar as características dos resultados de VaR em relação ao PnL realizado e

hipotético e procurar possíveis melhorias. Um *outlier* de *backtesting* ocorre para uma carteira em particular e para qualquer dia útil, se ou o PnL Limpo ou o hipotético para esse dia útil mostrar uma perda que em magnitude absoluta exceda o VaR 99% de um dia reportado para esse dia útil.

3.2.2 Testes de Estresse – Testes de Estresse e de Cenários foram projetados para se concentrar especificamente sobre eventos extremos, ou seja, eventos fora do intervalo de confiança do VaR. Além disso, o desenvolvimento de um programa de testes para a carteira de negociação deve levar em consideração fatores que não podem ser adequadamente capturados pelo modelo de VaR aprovado. Um programa bem projetado irá melhorar a compreensão da alta administração sobre o tamanho e as fontes dessas perdas potenciais, além de facilitar a ação preventiva em termos de redução de riscos e conservação de capital em períodos de condições extremas de mercado. Neste sentido, o objetivo do programa é proporcionar a análise de risco e elaboração de relatórios para que a gerência sênior não se depare com ‘surpresas’ em termos de perdas na carteira de negociação. Para o portfólio local, além dos cenários globais também são consideradas condições específicas do mercado local/regional (LATAM).

3.2.3 Risco de Juros na Carteira não Classificada como Negociação – A política relacionada objetiva descrever a abordagem que o Grupo ABN AMRO assume em relação à gestão dos riscos de mercado materiais presentes nas carteiras não classificadas como negociação em linha com sua estratégia, apetite de risco e estrutura de limite, enquanto atende às restrições dos reguladores, das agências de classificação e da gerência. Consequentemente, esta política determina os princípios, a estrutura de governança e a organização para gestão dos riscos de mercado material nas carteiras não classificadas como negociação. Dentre as medidas de risco usadas para monitorar o risco de juros nas carteiras não classificadas como negociação estão o uso de PV01, que capta a sensibilidade do portfólio à variações de 1bps paralelo na curva de juros, e EVE, que mede o efeito sobre o valor líquido dos ativos e passivos do banco de choques paralelos (maiores do que 1bps) aplicados sobre as taxas de juros;

3.2.4 Monitoramento de Limites – O documento que versa sobre o assunto estabelece a política para a definição de limites de risco de mercado. Limites de risco de mercado são restrições estratégicas que refletem a tolerância do banco ao risco, a natureza das atividades de negociação e as habilidades de negociação e gestão percebidas. O departamento de Risco de Mercado desenvolveu um modelo de definição de limites que possui dois objetivos principais: primeiro, proteger o capital e os rendimentos do banco, e segundo, permitir que os *traders* assumam riscos ao apoiar negócios de clientes. Os limites impedem o acúmulo de riscos de mercado além do apetite do banco e refletem os mandatos das unidades de negociação. A estrutura de limites locais de risco de mercado controlados pelo AAB Brasil encontra-se relacionada no documento ‘Estrutura de Limites, Decisão e Alçadas Locais de Risco de Mercado’, aprovado pelo Comitê Executivo do Banco.

Em complemento à política de monitoramento de limites, os procedimentos (a) Aprovação Periódica de Limites Locais de Risco de Mercado, (b) Aprovação de Operações *ad hoc*, (c) Monitoramento de Limites de Risco de Mercado; e (d)

Monitoramento *Intraday* de Operações explicitam como a estrutura de limites é aplicada no AAB Brasil.

3.3 SISTEMAS & RELATÓRIOS

Para o monitoramento do risco de mercado de todas as carteiras do Banco como detalhado a cima, o Banco ABN AMRO utiliza-se de sistema terceirizado – MITRA/Luz – desenvolvido por empresa especializada. Mitra, o motor de risco local, é alimentado diariamente por 3 sistemas legados: um de Derivativos, um de Câmbio (FX) e um de Renda Fixa/Empréstimos. Todas as conexões são automatizadas (*interfaces*), sem intervenção manual.

O Mitra também é a fonte local para curvas. Há um processo diário após o encerramento dos negócios, onde os sistemas de *back-office* são alimentados com essas curvas, a fim de garantir a consistência entre os números, principalmente MTM, VaR e PnL.

Diariamente um relatório contendo as exposições de risco de mercado, o consumo de seus limites, bem como as principais informações de mercado, é produzido e o enviado para uma lista de distribuição interna do Banco.

3.4 INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUANTITATIVA¹

3.4.1 Valor total da carteira de negociação

R\$milhares		junho/2018	setembro/2018
Taxas de Juros	Comprado	990,851	848,210
	Vendido	855,050	775,080
Taxas de Câmbio	Comprado	546,943	809,364
	Vendido	563,118	807,382
Preços de Ações	Comprado	-	-
	Vendido	-	-
Preços de Commodities	Comprado	-	-
	Vendido	-	-

3.4.2 Impacto no resultado de choques nas taxas de juros sobre as operações não classificadas na carteira de negociação

R\$milhares		junho/2018	setembro/2018
Valor da Carteira	Total	1,121,458	1,052,576
	USD	101,742	65,301
EVE	Total	1,964	2,534
	USD	199	117

¹ Informações atualizadas trimestralmente

3.4.3 Total da exposição a instrumentos financeiros derivativos

R\$milhares			junho/2018	setembro/2018		
Onshore	Contraparte Central	Taxas de Juros	Comprado	638,208	456,349	
			Vendido	528,480	413,109	
		Taxas de Câmbio	Comprado	133,409	102,979	
			Vendido	450,838	238,114	
		Preços de Ações	Comprado	-	-	
			Vendido	-	-	
	Balcão	Preços de Commodities	Comprado	-	-	
			Vendido	-	-	
		Taxas de Juros	Comprado	352,643	145,643	
			Vendido	326,570	139,013	
		Taxas de Câmbio	Comprado	336,020	139,788	
			Vendido	18,698	5,834	
	Offshore	Contraparte Central	Preços de Ações	Comprado	-	-
				Vendido	-	-
Preços de Commodities			Comprado	-	-	
			Vendido	-	-	
Taxas de Juros			Comprado	-	-	
			Vendido	-	-	
Balcão		Taxas de Câmbio	Comprado	-	-	
			Vendido	-	-	
		Preços de Ações	Comprado	-	-	
			Vendido	-	-	
		Preços de Commodities	Comprado	-	-	
			Vendido	-	-	

4 RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito, nos termos da Resolução 4.557 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

4.1 **METODOLOGIA EMPREGADA**

A Estrutura de Gestão e Controle de Risco de Crédito conta com um robusto conjunto de políticas, procedimentos e sistemas que são fundamentados em uma clara estratégia e apetite de risco. Essas políticas estão estabelecidas de forma a salvaguardar e controlar o perfil de risco do banco, suportar uma gestão de risco efetiva e eficiente por toda a organização, e orientar os processos e sistemas de gestão de risco. Tal estrutura está apta a adequadamente identificar, medir, monitorar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos de crédito, sejam oriundos da carteira de negociação ou das posições não destinadas à negociação, de forma a proteger o AAB Brasil de exposições a risco não desejadas.

O AAB Brasil conta com um arcabouço de políticas e procedimentos cujo objetivo é o de fornecer segurança de que os riscos associados com o estabelecimento e manutenção de relações de crédito com contrapartes sejam considerados e endereçados de forma apropriada. Na medida em que um relacionamento de crédito é contemplado, são requeridas a análise de crédito e a classificação de risco da contraparte, bem como o estabelecimento de limites de crédito para a mesma.

4.2 **RESPONSABILIDADES**

A área de Análise de Crédito (sob gestão do Departamento de Risco) é responsável pela análise de clientes e contrapartes para aprovações de limites de operações envolvendo risco de crédito, bem como as garantias e colaterais aplicáveis.

O Comitê de Crédito Local (“BRLCC”) é responsável por avaliar e tomar decisões acerca da identificação, gerenciamento, monitoramento e reporte das exposições de risco de crédito do AAB Brasil e de suas subsidiárias e entidades financeiras (se aplicável), bem como a identificação e o monitoramento das exposições a risco de crédito de entidades não financeiras pertencentes ao Grupo ABN AMRO no Brasil.

4.3 **INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUANTITATIVA²**

A exposição a risco de crédito referente ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2018 é apresentada nas tabelas a seguir.

4.3.1 **Valor total das exposições e valor da exposição média no trimestre**

R\$milhões	junho/2018	setembro/2018
Valor total da exposição de risco de crédito	1,784,643	1,544,927

² Informações atualizadas trimestralmente

O valor total da exposição de risco de crédito em setembro de 2018 exclui operações baixadas para prejuízo no semestre, conforme detalhado adiante neste relatório.

4.3.2 Percentual das exposições dos dez e dos cem maiores clientes em relação ao total das operações com característica de concessão de crédito

%	junho/2018	setembro/2018
Percentual dos 10 maiores clientes	53%	58%
Percentual dos 100 maiores clientes	100%	100%

** A carteira do AAB Brasil era composta por 69 clientes na data-base Setembro/18

4.3.3 Prazo a decorrer das operações e montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo

(R\$milhões)	Carteira Total	junho/2018	setembro/2018
<i>A Vencer</i>			
até 6 meses		659,008	392,298
entre 6 meses e 1 ano		346,811	511,076
entre 1 e 5 anos		681,998	641,553
acima de 5 anos		96,826	
<i>Limites contratos e não utilizados</i>		59,635	82,986
Carteira Total a Vencer		1,844,278	1,627,912

<i>Vencidas</i>			
entre 15 e 60 dias		-	-
entre 61 e 90 dias		-	-
entre 91 e 180 dias		-	-
entre 181 e 360 dias		-	-
acima de 360 dias		-	-
Carteira Total Vencida		-	-
Carteira Total			
		1,844,278	1,627,912
Títulos e Valores Mobiliários			
		23,335	19,442

4.3.4 Montante de provisões para perdas relativas às exposições de risco de crédito, segmentado por setor econômico

(R\$milhões)	Devedores duvidosos	junho/2018	setembro/2018
Rural		-	-
Indústria		3,510	2,183
Comércio		421	959
Instituição Financeira		-	-
Outros Serviços		2,043	2,142
Pessoa Física		-	-
Habitação		-	-

Total de provisão para devedores duvidosos	5,974	5,284
---	--------------	--------------

4.3.5 Fluxo de operações baixadas para prejuízo

(R\$ milhões) setembro/2018	Rural	Ind	Com	IF	OS	PF	Hab
Operações baixadas para prejuízo	-	-	-	-	-	-	-

4.3.6 Regiões geográficas com exposições significativas

4.3.6.1 Carteira A Vencer

(R\$milhões)	Região	junho/2018	setembro/2018
Centro-Oeste		94,171	73,490
Nordeste		569,102	345,086
Norte		-	-
Sudeste		985,636	1,012,829
Sul		135,735	113,521

4.3.6.2 Carteira Vencida

Conforme detalhado na tabela 4.3.3 acima, excluindo as operações baixadas para prejuízo no trimestre anterior, o saldo de carteira vencida no trimestre era igual a zero.

4.3.7 Setor econômico com exposições significativas

4.3.7.1 Carteira A Vencer

Setor de atuação do beneficiário/CNAE 2.1	junho/2018	setembro/2018
Rural	-	-
Indústria	1,100,756	924,611
Comércio	275,287	191,872
Instituição Financeira	-	-
Outros Serviços	408,600	428,444
Pessoa Física	-	-
Habitação	-	-
Total da carteira antes da cessão	1,784,643	1,544,927
Cessão de créditos com coobrigação	-	-
Total da carteira (R\$milhões)	1,784,643	1,544,927

4.3.7.2 Carteira Vencida

Conforme detalhado na tabela 4.3.3 acima, excluindo as operações baixadas para prejuízo, o saldo de carteira vencida no trimestre era igual a zero.

Informações relativas ao risco de crédito da contraparte

(R\$milhões)	Garantia / Produtos	junho/2018	setembro/2018
Empréstimos	Volumes	815,523	694,339
	Garantias	112,055	143,646
Crédito Pessoal	Volumes	-	-
	Garantias	-	-
ACC/ACE	Volumes	609,774	494,684
	Garantias	-	-
Fianças	Volumes	359,345	355,903
	Garantias	19,253	28,144
Total	Volumes	1,784,642	1,544,927
	Garantias	131,308	171,790

As operações contam com garantias que mitigam o risco de crédito da contraparte, julgadas suficientes pela área de risco de crédito do Banco ABN AMRO S.A.. Tais garantias contudo não foram utilizadas como mitigadores para fins de cálculo de risco de crédito.

Informações relativas às operações de venda ou transferência de ativos financeiros e às operações com títulos

4.3.8 Fluxo das exposições cedidas no trimestre com transferência substancial dos riscos e benefícios

Nos trimestres anteriores (2º trimestre de 2018) e no trimestre atual (30 de setembro de 2018) não houveram aquisição ou cessão de créditos.

5 RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional, nos termos da Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos.

5.1 METODOLOGIA EMPREGADA

A Estrutura de Gestão e Controle de Risco Operacional do AAB Brasil baseia-se em políticas e procedimentos, adequados aos requerimentos da Resolução CMN 4.557 e demais normativos aplicáveis estabelecidos pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil.

A gestão contínua dos riscos operacionais está organizada em ciclos. Quatro importantes passos desse ciclo são assinalados a seguir:

- 1) Identificação dos riscos operacionais (históricos ou potenciais);
- 2) Mensuração dos riscos operacionais identificados para determinação da exposição;
- 3) Gestão o risco, isto é, decisão sobre a resposta ao risco (aceitar, mitigar, transferir ou evitar);
- 4) Monitoramento dos resultados das decisões (planos de ação ou riscos aceitos).

5.2 RESPONSABILIDADES

A atividade de gestão e controle do risco operacional do AAB Brasil é realizada por uma unidade especificamente designada para essa função. Essa unidade é responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e reporte da exposição aos riscos operacionais de cada instituição do Grupo ABN AMRO sediada no Brasil e do conglomerado financeiro como um todo, bem como pela identificação e acompanhamento do risco operacional de suas empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro, e do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição, antecipando as respectivas contingências apropriadas.

De forma integrada às atividades anteriormente assinaladas, dentre as responsabilidades da unidade de gestão e controle do risco operacional também estão incluídos (i) o registro e armazenamento das informações relevantes às perdas associadas ao risco operacional, (ii) a geração de relatórios que permitam a identificação e correção de eventuais deficiências de controle e de gestão do risco operacional para a diretoria do AAB Brasil e (iii) das informações associadas ao risco operacional componentes dos relatórios regulatórios aplicáveis.

É responsabilidade da Diretoria e do gestor de cada área manter a área de risco operacional informada sobre a existência de novos processos ou alterações nos processos existentes, de modo que possam ser avaliados com base nessa norma interna.

A comunicação sobre os riscos é uma parte importante do processo de gestão e controle dos riscos operacionais. Cada indivíduo deve possuir um entendimento comum do nível de risco em questão. De forma a assegurar um claro compartilhamento de informações sobre risco operacional deve ser aplicado um procedimento de classificação de risco em categorias.

5.3 CÁLCULO DO RISCO OPERACIONAL

O Banco ABN AMRO S.A. utiliza o método indicador básico (BIA) para o cálculo do Risco Operacional.

6 RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de Liquidez, nos termos da Resolução 4.557 do Banco Central do Brasil, é definido como a capacidade do Banco em converter seus ativos em recursos suficientes para honrar os eventuais passivos existentes, mesmo em situações adversas.

O controle de Risco de Liquidez do Banco ABN AMRO é realizado diariamente por meio de um controle desenvolvido internamente com esta finalidade, alimentado de todos os ativos existentes na carteira do Banco, bem como dos passivos assumidos, obtidos por meio de outros sistemas utilizados pela instituição.

Por fim, é realizado um “stress test”, tendo como base critérios de cenário de mercado previamente definido pela Diretoria.

7 POLÍTICA DE HEDGE

Quando aprovado em Comitê, operações de derivativos serão utilizadas com o fim de promover o hedge de operações de crédito e/ou dos instrumentos de captação existentes.

Tais operações serão objetos de hedge quando o seu volume, tamanho e/ou prazos possibilitarem ou compensarem o custo do instrumento de hedge, a ser avaliado pelo Comitê designado.

8 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital mantém processos contínuos de monitoramento e controle dos níveis adequados de capital para fazer face aos riscos inerentes as atividades do Banco, alinhado ao plano de negócios estabelecido pela Diretoria.

Esta estrutura é responsável pela elaboração de políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos que possibilitem a identificação e análise dos riscos relevantes aos quais o Banco está exposto no intuito de manter o capital compatível com tais riscos. Adicionalmente, é responsável pela divulgação periódica de relatórios gerenciais sobre a adequação do capital, a elaboração do plano de capital para o horizonte de três anos, a simulação de eventos severos e condições extremas de mercado, bem como a avaliação destes impactos sobre o capital. A estrutura organizacional de gerenciamento de capital está em conformidade com as regulamentações locais e com as melhores práticas do mercado

9 LIMITES OPERACIONAIS E BASILÉIA III

9.1 *Detalhamento do patrimônio de referência (PR) e dos ativos ponderados por risco (RWA)*

Com o objetivo de implementar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, o Bacen, emitiu, em março de 2013, normas acerca da nova definição de capital e dos requerimentos de capital regulamentar que passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013.

Adicionalmente o Bacen publicou a Circular 3.678 que trata sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR). Essa norma revogou a Circular 3.477 a partir de 30 junho de 2014. No primeiro trimestre de 2016 entrou em vigor o Adicional de Capital Principal (ACP), conforme requerimentos da Resolução CMN nº 4193/13 e Circular nº 3.769.

Os índices apurados de acordo com as regras vigentes em 30 de setembro de 2018 estão apresentados a seguir:

9.2 Avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência

	Jun-18	Set-18
Patrimônio de Referência (PR)	568,305	577,980
Patrimônio de Referência Nível I (PR_I)	568,305	577,980
Capital Principal	568,305	577,980
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	2,383,972	2,412,174
Parcela RWA CPAD	2,088,348	2,015,885
FPR 2%	11,639	9,682
FPR 20%	70,766	53,427
FPR 50%	93,621	158,530
FPR 100%	1,872,513	1,770,680
FPR 250%	11,267	15,410
FPR 300%	-	-
Ajuste para derivativos decorrente de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	28,543	8,156
Parcela RWA MPAD	137,334	141,519
RWA CAM	137,334	141,519
Parcela RWA OPAD	158,290	254,771
Parcela R _{BAN}	1,691	1,313
Adicional ao Capital Principal (ACP)	44,699	45,228
Adicional de Conservação de capital principal	44,699	45,228
Patrimônio de Referência mínimo para o RWA	205,618	208,050
Índice de Basileia	24%	24%
Índice de Capital Principal	24%	24%
Índice Nível 1	24%	24%
Índice de Imobilização	1%	1%

A estrutura de gerenciamento de capital considera os atuais níveis de capital regulatório suficientes para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito.

São realizadas avaliações contínuas e monitoramento constantes dos níveis de capital em consonância com o planejamento estratégico e, inclusive, em função de possíveis mudanças regulatórias ou de mercado.

Para mais informações relativas a composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR vide Anexo 1 em conformidade com a Circular 3.678/13.

Anexo 1			
Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR			
Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor	Valor sujeito a tratamento transitório
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	570,976	
2	Reservas de lucros	9,772	
3	Outras receitas e outras reservas	-	
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	580,748	
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor	Valor sujeito a tratamento transitório
9	Ativos intangíveis	(407)	-
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	(9,664)	-
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	(10,071)	
29	Capital Principal	577.980	
45	Nível I	577.980	
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	577.980	-
Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%	
61	Índice de Capital Principal (ICP)	23,96%	
62	Índice de Nível I (IN1)	23,96%	
63	Índice de Basileia (IB)	23,96%	

Adicionalmente, informamos que em 30 de setembro de 2018 não há montantes relativos a instrumentos que integram o Patrimônio de Referência descritos no Anexo 2 em conformidade com a Circular 3.678/13.

10 RAZÃO DE ALAVANCAGEM

A RA tem como objetivo evitar a alavancagem excessiva das instituições financeiras, e consequentemente seu risco sistêmico e é definida como a razão entre o capital Nível I e o total de exposições da instituição, conforme disposto na circular 3.748/15.

Os índices apurados de acordo com as regras vigentes em 30 de setembro de 2018 estão apresentados a seguir:

Anexo 2		
Número	Item	Valor
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos	1,886,997
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(10,347)
3	Total das exposições contabilizadas no BP	1,876,650
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
4	Valor de reposição em operações com derivativos	9,684
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	16,318
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	26,002
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	206,973
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	175,260
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	382,233
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	509,287
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	(253,572)
19	Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	255,715
Capital e Exposição Total		
20	Nível I	577,98
21	Exposição Total	2,538,457
Razão de Alavancagem (RA)		
22	Razão de Alavancagem de Basileia III	22,77%